



Senadores vão investigar denúncias de juiz assassinado

14/09/1999

Os membros da CPI do Judiciário decidiram prorrogar os trabalhos da comissão até 30 de novembro para investigar as denúncias de corrupção no Tribunal de Justiça do Mato Grosso. As acusações foram feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, que foi encontrado morto na semana passada, no Paraguai.

A decisão foi tomada em reunião realizada nesta terça-feira (14/9). O presidente da Comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), acredita que não haverá sonegação de documentos na investigação, já que os próprios desembargadores mato-grossenses se mostraram interessados na resolução do caso.

O presidente do TJ do Mato Grosso, Wandyr Clait Duarte, encaminhou ofício ao presidente da CPI pedindo a “rápida e completa apuração” do assassinato do juiz. Duarte afirmou que colocará à disposição todas as informações que os tribunais superiores ou o Senado julguem necessárias.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo de Castro, sugeriu que o gesto fosse ampliado e os juízes e desembargadores acusados abrissem suas contas bancárias.

“A acusação que se faz é que juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso vendiam sentenças e se envolviam em outros atos de corrupção. Por isso, o primeiro passo que o tribunal deveria dar de concreto para colocar fim às suspeitas seria autorizar a quebra do sigilo bancário dos seus membros e familiares, para demonstrar que são homens probos, dignos e sérios”, afirmou Castro.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, recebeu um abaixo-assinado com seis mil assinaturas pedindo a apuração dos fatos que envolveram a morte do juiz Amaral e as irregularidades no Judiciário do Mato Grosso. O documento foi entregue por um grupo de estudantes de Direito daquele Estado.

No grupo de 30 alunos que esteve em Brasília, o clima era de medo. “Nossos pais pediram para que não viéssemos”, disse um estudante da comitiva que preferiu não ser identificado. Os acadêmicos afirmaram que 87% dos aprovados no último concurso para a magistratura são parentes ou assessores diretos dos desembargadores.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/1999-set-14/senadores_investigar_denuncias_juiz_assassinado/